CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO DE 2012

Relatório do Conselho de Administração

CAPITULO I – CARATERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Introdução

A **CE - Circuito Estoril, S.A.**, é uma sociedade anónima resultante, por um lado, da mudança de denominação da Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA e, por outro, da transferência de exploração de atividade e de ativos da Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA, já extinta em 2009 (ambas participadas a 100% pela PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS) SA, como sucede atualmente com a CE), operações essas promovidas e consubstanciadas em deliberação unânime por escrito da acionista, de 31 de Março de 2007.

A CE tem exercido a sua atividade centrada na valorização e na exploração da capacidade instalada do Circuito do Estoril, sendo de destacar, pela sua dimensão e significância, a realização anual do Grande Prémio de Motociclismo, este ano em moldes diferentes daquilo que vinha sendo habitual.

A acionista procedeu à eleição de novos órgãos sociais em Novembro de 2012.

Assim, o Conselho de Administração da empresa apresenta a seguinte composição:

Presidente, não executivo:	Joaquim António Pais e Jorge
Vogais, executivos:	José Manuel Pereira Mendes de Barros
	Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara

PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2012

Em 2012 o Circuito do Estoril revelou-se uma vez mais como uma estrutura de significativa importância económica não apenas para a região de Turismo de Estoril e Cascais, como também a nível nacional, contribuindo, mesmo em ano de reconhecida crise, para uma importante produção de riqueza e de imagem do País.

O Estoril voltou a receber em 2012, as provas dos campeonatos nacionais de motociclismo e automobilismo bem como de algumas provas internacionais, tendo sido escolhido por marcas carismáticas para levarem a cabo apresentações mundiais, testes e cursos.

Assim, foram visíveis e prestigiantes as apresentações, nacionais e internacionais, com destaque para a apresentação da Lexus "Lexus GS Training Congress", evento para a formação da rede de vendas a nível europeu com duração de 22 dias e cerca de mil e duzentos convidados. Ainda a nível internacional, realizou-se a competição "Jovem Motorista Europeu" organizada pela Scania. A nível nacional, a Volvo apresentou o modelo V40 durante 4 dias, contando com numerosos convidados.

Seguiram-se também as apresentações a nível nacional da BMW Motorrad e da Porsche Ibérica.

O Circuito Estoril associou-se ao 21º Encontro Europeu Harley-Davidson que teve lugar em Cascais de 14 a 17 de Junho, realizando uma Parada que contou com mais de dez mil motos em pista.

Muitos convidados estrangeiros de gama alta voltaram a passar, assim, pelo nosso País, contribuindo para uma promoção ao mais alto nível do potencial turístico de Portugal, vista com muito agrado pela indústria hoteleira e de restauração desta zona, Sintra e Lisboa.

A Deco escolheu o traçado do Estoril para levar a cabo um estudo comparativo de combustíveis com duração de 22 dias e 12.000 Km percorridos.

Outra área em que o nosso traçado se tem vindo a destacar e a obter cada vez mais penetração de mercado é a formação. Considerado por muitos como sendo um traçado exigente, são várias as marcas de prestígio que continuam a escolher o Estoril para ministrarem cursos de condução aos seus clientes.

Também no plano da competição passaram pelo Circuito do Estoril eventos internacionais como a prova do campeonato francês de resistência VdeV, e uma vez mais a Porsche GT3 Cup Challenge Brasil – que marcou de novo o traçado do Estoril para o início do seu campeonato, e, sobre todos, de novo o campeonato mundial de Moto GP, a aportar, como sempre, ao Estoril, dezenas de milhares de pessoas, cerca de metade estrangeiros, com as inerentes vantagens financeiras e de imagem nacional.

Tradição desde 2000, o Campeonato do Mundo de MotoGP conseguiu, apesar das adversas condições do contexto de crise geral, atingir o maior êxito de sempre no autódromo com lotação esgotada e com larga afluência, ao atingir 87.148 espetadores nas bancadas, evento que traz a Portugal número incalculável de turistas estrangeiros, com reflexos inegáveis para o turismo da região e na promoção da imagem externa de Portugal.

Salienta-se ainda que, para além das corridas, também o traçado do Estoril foi palco de diversas sessões de testes, de equipas nacionais e estrangeiras, realçando os testes de duas rodas, das equipas Red Bull Rookies e MotoGP, e nas quatro rodas, os testes das equipas do campeonato alemão DTM, e da categoria GP3 Series a utilizarem o nosso circuito, quer no inicio quer no final da época. A marca de pneus Michelin voltou uma vez mais a escolher o traçado do Estoril para testes.

Realizaram-se ainda vários "Track Days" de motos de nível ibérico e europeu, e pela primeira vez, a empresa britânica Bookatrack trouxe cerca de 45 carros desportivos para rodarem no traçado do Estoril, que para muitos apaixonados da competição automóvel, é considerado mítico.

O Circuito foi ainda utilizado para formação e eventos diversos, como filmagens.

Em janeiro de 2012 foi celebrado um contrato promessa com a Estamo para a aquisição de um lote de terreno, sito na Freguesia de Alcabideche, e que é contíguo ao Autódromo, o qual integrava o património do Instituto de Gestão Financeira da Justiça, I.P., visando a sua futura utilização em beneficiação e valorização da infraestrutura do Circuito Estoril.

PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES DO EXERCÍCIO DE 2012

O ano de 2012 ficou marcado por ser um ano particularmente difícil para a indústria automóvel, com as vendas de veículos a caírem 8,2% na Europa e 37,4% em Portugal, este último sob um contexto de dificuldade acrescida em virtude das medidas de ajustamento impostas pelo programa de assistência económica e financeira em curso.

Naturalmente, estas circunstâncias apresentaram reflexos importantes quer ao nível das apresentações de novos modelos pelos diversos fabricantes, quer no plano dos testes e das provas desportivas. A menor procura por este tipo de serviços levou invariavelmente a uma redução do tempo de ocupação da maior parte dos circuitos, pressionando igualmente em baixa o preço a que os serviços são prestados. Como se referiu, o ambiente geral vivido neste segmento de atividade refletiu a situação de crise económica vivida na Europa, principal mercado emissor de negócio para o Circuito, com as equipas e marcas a reduzirem substancialmente a realização deste tipo de eventos. As provas desportivas contam agora com menos participantes inscritos e com menos patrocinadores, forçando os promotores a

procurar soluções cada vez mais económicas em termos de preço e no próprio tempo de ocupação de pista.

Não obstante, o Circuito Estoril conseguiu em 2012 aumentar o volume de vendas em cerca de 31%, fundamentalmente em virtude do modelo implementado para a realização da prova do MOTOGP. Apesar das adversas condições económicas foram atingidos em 2012, 188 dias de ocupação do Autódromo, evidenciando ainda assim, um ligeiro aumento em relação a 2011 (176 dias).

Estas circunstâncias tiveram naturalmente reflexos nas contas do Circuito Estoril. Porém, a redução do Ativo ficou a dever-se fundamentalmente ao reconhecimento de imparidades nos ativos imobiliários e em dívidas a receber, tendo estes factos patrimoniais ditado igualmente o agravamento dos resultados obtidos. Acresce ainda o desreconhecimento dos subsídios à exploração atribuídos por entidades públicas para a realização das provas do MOTOGP em 2010 e em 2011, cujo recebimento acabou por nunca se concretizar. Tais movimentos justificaram-se à luz dos novos dados e informação disponível, tanto mais que em exercícios anteriores alguns deles motivaram reservas e ênfases por parte dos auditores externos. De notar ainda que as receitas de bilheteira relativas à realização do MOTOGP, que este ano decorreu em moldes diferentes dos anos anteriores no que concerne ao seu financiamento, ficaram muito aquém das registadas em anteriores edições, atenta a redução do valor unitário dos ingressos e à consequente redução da receita.

No entanto, a empresa não evidencia qualquer endividamento junto de entidades terceiras fora do grupo económico, tendo igualmente reduzido as dívidas a fornecedores que, com uma única exceção, se enquadram nos PMP negociados com os fornecedores.

Do lado dos resultados, estes factos, com particular incidência para o reconhecimento de imparidades várias, condicionaram os principais indicadores, tendo o EBIDTA refletido uma inversão face a 2011. Por outro lado, o processo de amortização acelerado do edificado iniciado em 2007 com a transformação da SGA em Circuito do Estoril SA e que terminou em 2012, teve ainda reflexos significativos nos resultados operacionais da empresa, que assim fecha o exercício com um resultado negativo na ordem dos 3,4 milhões de euros, num agravamento de 17% face a 2011.

Porém, na decorrência direta da alteração do modelo de realização do MOTO GP em 2012, verificou-se uma redução drástica dos FSE em cerca de 64% face a 2011, que foi igualmente acompanhado por uma redução de 14% nos gastos com pessoal e em outros gastos gerais de funcionamento, traduzindo uma maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

A Administração está, por isso, convicta que se trata de uma base que permitirá criar as condições para a apresentação de indicadores bem mais positivos no próximo ano, mormente os condicionalismos económicos que certamente persistirão e que continuarão a afetar este negócio.

CAPITULO II - GOVERNO DA SOCIEDADE

1 – MISSÃO, ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

De acordo com os respetivos estatutos, datados, em última versão, de 4 de Novembro de 2010, constitui missão exclusiva da CE – Circuito Estoril, SA, a gestão, incluindo locação, sublocação, exploração ou cessão de exploração do imóvel correspondente à infra-estrutura desportiva do Autódromo Fernanda Pires da Silva, propriedade da sociedade.

Constitui orientação estratégica definida pela acionista a necessidade de manter a exploração do autódromo, reforçando as suas valências complementares, apoiando o Grande Prémio de Motociclismo patrocinado pelo Turismo de Portugal e, ainda, gerar mais-valias para o acionista.

Constitui orientação estratégica interna, no cenário estatutário e tutelar referido, gerir o equipamento em causa com o objetivo central de criação de valor, assegurando o crescimento dos resultados líquidos com a visibilidade inerente e procurando, simultaneamente, manter os níveis endividamento residuais.

Em execução das orientações estratégicas externas e internas foram fixados objetivos de maximização da ocupação rentável e visível do Circuito do Estoril, num cenário condicionado já por parâmetros atrás identificados, como o das perspetivas de conjuntura económica menos favorável.

É com satisfação que se constata e confirma, findo o exercício, que, passe a conjuntura exterior progressivamente adversa, foram atingidos objetivos muito próximos do previsto a nível de ocupação de pista. Assim e designadamente, para uma prevista ocupação de 200 dias conseguiu atingir-se, em ambiente muito adverso, o patamar dos 188 dias, acima dos 176 conseguidos em 2011.

A operacionalização do kartódromo, fonte de receita operacional para a CE no 2º semestre de 2012, foi impedida pelo indeferimento camarário do projeto global de requalificação do Autódromo, o que implicou todo o desvio orçamental negativo inerente em 2012. Espera-se que com a reformulação em curso do projeto, o kartódromo possa vir efetivamente a ser uma realidade e gerar a receita prevista a partir do início de 2014.

A nível financeiro, contra a previsão orçamental para 2012 de um resultado líquido antes de imposto de 117.394 euros positivos atingiu-se um resultado líquido antes de imposto negativo de 3.401.060,34 euros, ancorado nas razões já anteriormente salientadas relacionadas fundamentalmente com o reconhecimento de imparidades de ativos.

2 – REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

Externos

Para além da sua sujeição ao Código das Sociedades Comerciais como sociedade anónima, a CE é detida a 100% pela PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA.

Encontra-se, assim, adequadamente enquadrada na moldura legal prevista para o grupo empresarial do Estado, de que avultam o DL nº. 558/99, de 17 de dezembro, na redação dada pelo DL nº. 300/2007, de 23 de agosto, o DL nº. 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de dezembro e pelo DL n.º 8/2012, de 12 de janeiro (Estatuto do Gestor Público), a Resolução do Conselho de Ministros nº. 49/2007, de 28 de março, que definiu os princípios do bom governo nas empresas do Estado, e a Resolução do Conselho de Ministros nº. 70/2008, de 22 de abril, relativa às orientações estratégicas para o setor empresarial do Estado.

Internos

Existe um regulamento interno de 2003 sobre definição de competências e interação de funções já parcialmente alterado em 2007, tendo sido **elaborado um sistema de controlo interno, com o respetivo manual de procedimentos.**

A empresa rege-se ainda pelo código de ética vigente na da Parpública.

Está-se neste momento em fase de elaboração de manual de procedimentos para áreas específicas da empresa, o qual deverá ser aprovado no decurso de 2013.

3 – INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Com o acionista Parpública, a única transação registada em 2012 diz respeito à concessão de suprimentos no montante de 100.000,00 euros. Este montante destinou-se a apoiar necessidades imediatas e pontuais de tesouraria da empresa, tendo o valor sido objeto de reembolso ainda em 2012. No final de 2012 o saldo global dos suprimentos obtidos do acionista, bem como os respetivos juros, ascendia a 1.014.824,97 euros.

Em 2012 ainda ocorreu uma transação com outra empresa do Grupo, a ESTAMO-Participações Imobiliárias, SA, com a qual se celebrou um contrato promessa de aquisição de um terreno contíguo aos atuais terrenos do Autódromo.

4- INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Na aquisição de bens e serviços, são observadas todas as boas práticas, em linha com as orientações emanadas pelo acionista. Não existem fornecedores cujos contratos comportem valores com reflexo em FSEs superiores a 1 milhão de euros.

5- MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

É consagrado nos estatutos da sociedade, na versão aprovada em 4 de Novembro de 2010, que a mesma dispõe de uma estrutura de governo integrada por um **Conselho de Administração**, uma **Assembleia geral** e um **Fiscal Único**, podendo ainda vir a ser designado um **Secretário.**

O **Conselho de Administração** funcionou com um presidente e um vogal, ambos com funções executivas e ainda um vogal não executivo até Outubro de 2012, tendo daí em diante passado a um regime de 2 vogais executivos, desempenhando o presidente funções não executivas.

❖ Identificação dos membros dos órgãos sociais

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito de 20 de Novembro de 2012 foram eleitos os membros do Conselho de Administração para o mandato correspondente ao triénio 2012-2014. Atualmente, os órgãos sociais apresentam a seguinte composição:

Mesa da Assembleia-Geral:
- Presidente: Dr.ª Ana Paula Costa Ribeiro;
- Secretária: Dr.ª Catarina Amaral Marques.

Conselho de Administração:

Presidente, não executivo:	Joaquim António Pais e Jorge
Vogais, executivos:	José Manuel Pereira Mendes de Barros
	Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara

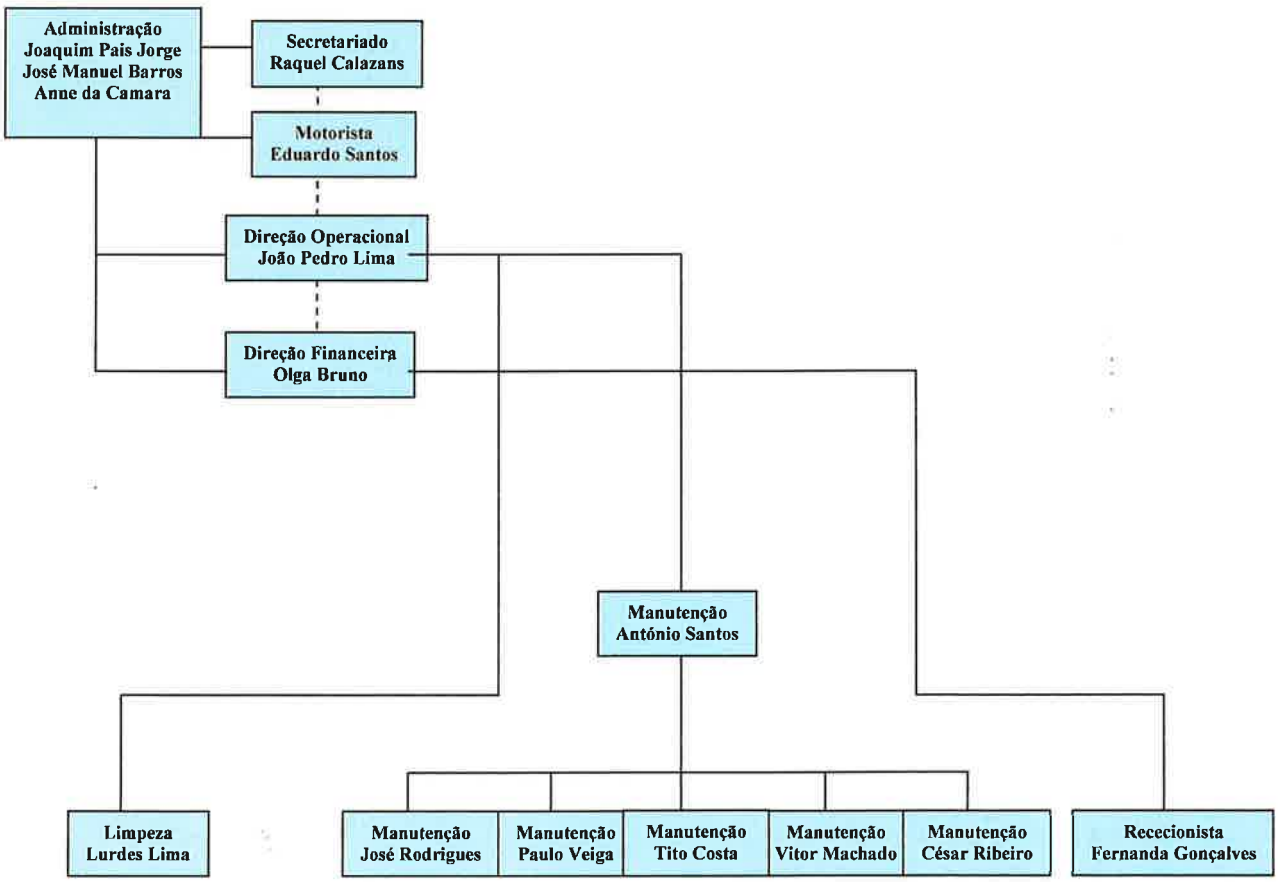
Fiscal único efetivo:
- BDO & Associados, SROC, Lda. representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias.

Fiscal única suplente:
- Dr.ª Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério.

❖ Organização interna

Na condução da sua atividade em matéria de organização interna, a sociedade procurou garantir a eficácia da sua atuação de gestão através da implementação de estruturas leves com compartimentação de responsabilidades respetivas.

Segue o atual Organograma:



6 - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa em vigor teve por base os valores fixados pelos diplomas legais abaixo referidos, e compatíveis com as boas práticas existentes em empresas de dimensão e complexidade semelhante.

Assim, a politica remuneratória prosseguida em 2012, para além de respeitar os princípios definidos no Decreto–Lei nº 71/2007, de 27 de Março, relativo ao Estatuto do Gestor Público, também respeita as alterações na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro, que veio alterar o referido Estatuto, particularmente no que respeita à matéria remuneratória. Estas alterações vieram posteriormente a ser objeto de regulamentação e concretização através das RCM nº 16/2012, de 14 de Fevereiro, e nº 36/2012, de 26 de Março.

Estas decisões traduzem-se assim numa efetiva redução do nível remuneratório dos órgãos sociais, a qual se insere num programa mais vasto de um real abaixamento de toda a estrutura salarial praticada de forma generalizada nos setores Administrativo e Empresarial do Estado.

Caraterística que se mantém na política remuneratória dos órgãos sociais da CE é a total transparência aliás pelas regras de bom governo e pelas boas práticas, disponibiliza no seu site e através do Relatório anual, toda a informação sobre esta matéria. Assim, não só a política geral definida é objeto de divulgação como também a informação individual referente às remunerações pagas a cada um dos membros dos órgãos sociais é objeto de adequada divulgação.

Politica Remuneratória

A política remuneratória deve ser consistente com a natureza da atividade e a estratégia dos negócios, permitindo uma eficiente gestão dos riscos e promovendo o crescimento sustentado da empresa, a par da salvaguarda dos legítimos interesses dos trabalhadores, clientes e investidores.

É de referir ainda que no decorrer do atual mandato dos órgãos sociais, não haverá lugar à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

Regime Remuneratório

Remuneração da mesa da Assembleia Geral

Os membros da mesa da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração

Remuneração do Conselho de Administração

Só existe um membro do Conselho de Administração a usufruir remuneração pela empresa, os outros dois membros, não auferem qualquer remuneração pelas funções exercidas, em virtude de auferirem remuneração pelo exercício de funções de administração na empresa mãe do Grupo – a Parpública, SGPS.

Remuneração do Fiscal Único

O fiscal Único é pago através de uma avença mensal.

Informação obrigatória sobre acumulação de funções, *curricula* e remunerações dos Administradores

Durante o exercício de 2012 as funções exercidas pelas membros do Conselho de Administração da CE-Circuito Estoril, SA noutras sociedades foram as seguintes:

Joaquim António Pais e Jorge

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Parpública (SGPS), SA

José Manuel Pereira Mendes de Barros

Vogal do Conselho de Administração da Parpública (SGPS), SA

Presidente do Conselho de Administração da SAGESECUR, SA, entidade subsidiária da Parpública (SGPS), SA

Membro da Administração Liquidatária do CREDIP – Instituição Financeira de Crédito, SA

Dando cumprimento ao estabelecido nos princípios de bom governo das empresas de capitais públicos, o presente Relatório inclui de seguida os curricula dos membros do conselho de administração

Presidente, não executivo **Joaquim António Pais e Jorge**

Habilitações Académicas:

Licenciatura, (pré-Bolonha) em Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa

Atividade Profissional:

- 2009 a 2012: Diretor da EP – Estradas de Portugal, SA, com a responsabilidade do "Departamento económico e financeiro da Direção de Concessões (DC)".
  Membro das Comissões de Negociação dos contratos das concessões Interior Norte, Beira interior, Algarve, Norte Litoral, Douro Litoral e Litoral Centro.
  Representante da EP na Association Mondiale de la Route.
  Membro do Conselho Fiscal da SAGRES – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (sociedade detida pelo Citigroup) no triénio 2010-2012.

- 1990 a 2009: Diversas funções na área de "Corporate Bank" do Citibank em Portugal sendo "Diretor" desde 1999.
  - Membro do "Country Committee" 2003 – 2009
  - Representante Legal da sucursal 2004 – 2009
  - "Market Manager" 2005 – 2009
  - Diretor da sucursal do "CIP - Citibank International, plc" no Centro Internacional de Negócios do Funchal - "Offshore da Madeira" entre 2003 e 2004
  - Membro do comité de crédito desde 1991, sendo designado SCO "senior credit officer" em 2005.

- 1988 a 1990: Adjunto da diretora do departamento de operações bancárias da SEFIS, uma sociedade de investimentos então constituída e detida pelo Estado Português, pelo Banco Indosuez (Banco Francês que hoje integra o Credit Agricole Lyonnais) e alguns investidores privados portugueses. Principais responsabilidades:
  - Atuação nos mercados interbancários
  - Apoio à direção na constituição da carteira de clientes e na carteira de crédito.

- 1987 a 1988: Auditor na KPMG

Vogal, executivo: **José Manuel Pereira Mendes de Barros**

Habilitações Académicas

- Mestrando em Finanças pelo ISTE Business School (parte curricular finalizada)
- Pós-graduação em "*Gestão de Risco e Derivados*" pelo ISEG/UNL/Bolsa de Derivados do Porto (2000)
- Licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) – Universidade Técnica de Lisboa, concluída em 1994

Atividade Profissional

- Desde maio de 2010, Vogal Executivo do Conselho de Administração (CA) da PARPÚBLICA, SGPS, SA e da Capitalpor, SGPS, SA, empresa do Grupo entretanto liquidada.
- Desde maio de 2010, Presidente da Sagesecur, SA, empresa do Grupo.
- De 2006 a Maio de 2010, Diretor-Adjunto do Departamento de Supervisão da Intermediação e Estruturas de Mercado na CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.
- De 2004 a 2006, Diretor-Adjunto do Departamento de Supervisão Organismos Especiais de Investimento e Gestão de Carteiras na CMVM.
- De 2002 a 2004, Coordenador Executivo do Departamento de Registo de Entidades na CMVM.
- De 2001 a 2002, Assessor do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças no Ministério das Finanças – Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças.
- De 1994 a 2002, Técnico Economista Superior do Departamento de Supervisão de Gestão de Ativos na CMVM.
- Em 1993, técnico de contabilidade na Concafé Sical, Lda (empresa do universo Nestlé, SA).

Vogal, executivo: Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara

Habilitações Académicas:

- Bacharelato, Curso Superior de Secretariado /Diploma of European Secretaries pelo ISLA em 1978
- Curso Comercial pela London School of Foreign Trade (Londres) em 1974

Atividade Profissional

- Desde Novembro de 2012, Vogal Executivo do Conselho de Administração da CE-Circuito Estoril S.A.
- De Abril de 2002 a Novembro de 2012, Diretora de Marketing da CE-Circuito Estoril S.A.
- De Abril de 1993 a Julho de 2000, Técnica Especialista 3º escalão do Departamento de Eventos Especiais na Direção dos Serviços de Turismo Macau
- De Janeiro de 1981 a Agosto de 1987, Secretária de Administração da D.A.Knudsen Lda. e Consulado Geral da Suécia em Lisboa

Dando cumprimento ao estabelecido pelos princípios de bom governo apresenta-se aqui o estatuto remuneratório que vigorou nos dois últimos meses de 2012 para os membros do Conselho de Administração entretanto eleito e para a totalidade do ano em relação aos membros dos restantes órgãos sociais da sociedade, com exceção da remuneração do Fiscal Único que é estabelecida contratualmente:

- Mesa da Assembleia-Geral:
  Presidente: não aufere remuneração
  Secretária: não aufere remuneração

- Conselho de Administração:
  Presidente, não executivo**:** não aufere remuneração
  Vogal, executivo (José Manuel Pereira Mendes de Barros): não aufere remuneração
  Vogal, executivo (Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara): remuneração mensal de 4.384,09 euros, 12 vezes por ano, em virtude da suspensão dos 13º e 14º meses nos termos da legislação em vigor em 2012.

O único administrador que usufrui remuneração, respeita integralmente o novo estatuto remuneratório do gestor público.

- Fiscal único efetivo e suplente
  A remuneração anual contratualizada com o Órgão de Fiscalização é de 7.000,00 euros

Em cumprimento das boas regras de gestão, tal como previsto no Estatuto do Gestor Público, foram fixados os limites mensais para os encargos referentes a telemóveis, portagens e combustíveis consumidos pelas viaturas de serviço afetas ao administrador executivo que aufere remuneração. O limite das despesas mensais de combustível e portagens é de 313,15 euros, o valor máximo mensal de despesas associadas a comunicações é de 80,00 euros.

De seguida apresenta-se o mapa contendo a informação detalhada e individualizada relativa a todas as remunerações e benefícios auferidos em 2012 pelos administradores que cessaram mandato, bem como pelos atuais:

Unid. (€)

	Conselho Administração até 08/10/2012			Conselho Administração início funções a 20/11/2012		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	**Domingos Piedade (Presidente)**	**Isabel Brazão (Vogal)**	**Ramos Marques (Vogal não Executivo)**	**Joaquim Pais Jorge (Presidente não Executivo)**	**José Manuel Barros (Vogal Executivo)**	**Anne Camara (Vogal Executiva)**
1. Remuneração						
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	55.137	46.148	0	NA	NA	NA
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	-2.757	-2.307	0	NA	NA	NA
1.3. Redução decorrente da Lei 64-B/2011 (€)	-5.238	-4.384	0	NA	NA	NA
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	47.142	39.457	0	0	0	4.432
1.5. Despesas de representação (€)	NA	NA	NA	0	0	1.765
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0	0	0	0	0	0
1.7. Remuneração variável (€)	0	0	0	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
1.9. Outras (Férias não gozadas) (€)	3.816	3.194	0	NA	NA	NA
2. Outras regalias e compensações						
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	2.000	2.000	NA	NA	NA	960
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	3.163	1.853	0	0	0	29
2.3. Subsidio de deslocação (€)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2.4. Subsídio de refeição (€)	1.160	1.160	0	NA	NA	NA
2.5. Outras (deslocações, estadas e despesas representaçao) (€)	6.609	14.217	0	NA	NA	NA
3. Encargos com benefícios sociais						
3.1. Regime de Proteção Social (€)	8.445	5.125	0	0	0	2.299
3.2. Seguros de saúde (€)	755	755	0	0	0	50
3.3. Seguros de vida (€)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	91	91	0	0	0	17
3.5. Outros (acidentes trabalho) (€)	964	964	0	0	0	31
4. Parque Automóvel						
4.1. Marca	MERCEDES	LEXUS	NA	NA	NA	LEXUS
4.2. Modelo	E 250 CDI	IS 220D	NA	NA	NA	IS 220D
4.3. Matrícula	01-LP-88	61-IR-31	NA	NA	NA	61-IR-31
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	RENTING	RENTING	NA	NA	NA	RENTING
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	-	43.367	NA	NA	NA	43.367
4.6. Ano Inicio	2011	2010	NA	NA	NA	2010
4.7. Ano Termo	2012	2014	NA	NA	NA	2014
4.8. Nº Prestações (se aplicável)	12	48	NA	NA	NA	48
4.9. Valor Residual (€)	-	-	NA	NA	NA	NA
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	8.026	7.657	NA	NA	NA	1.531
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	5.047	2.254	NA	NA	NA	132
4.12. Plafond anual Combustivel atribuido (€)	6.000	6.000	-	-	-	3.758
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
5. Informações Adicionais						
5.1.Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	-	-	NA	NA	NA	NA
5.2. Remuneração Iliquida Anual pelo lugar de origem (€)	-	-	-	-	-	-
5.3. Regime de Proteção social	S.Social	CGA	NA	NA	NA	S.Social
5.3.1. Segurança social (s/n)	Sim	Não	NA	NA	NA	Sim
5.3.2. Outro (indicar)	Não	Sim	NA	NA	NA	Não
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	-	-	-	-	-	-
5.5. Outras (identificar detalhadamente)	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Política de requalificação de recursos humanos

Sendo inegável a necessidade de promover a qualificação dos recursos humanos visando a sua constante atualização e valorização, tornou-se, simultaneamente, incontornável a condicionante que constitui a reduzida dimensão dos recursos humanos existentes face ao volume de trabalho em 2012, bem como as limitações orçamentais. No entanto, o Conselho de Administração irá desenvolver todos os esforços para promover e fomentar em 2013 ações de formação direcionadas para as áreas que neste momento relevam maior necessidade de formação específica.

7 – ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE E CUMPRIMENTO DE OBJETIVOS

❖ Sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

Encontra-se em fase de preparação um plano estratégico de negócios com o objetivo de assegurar a sustentabilidade da Empresa em termos económicos e sociais.

A Empresa tem vindo a acompanhar os aspetos ambientais relacionados com a atividade que desenvolve. Merece destaque a preparação do novo projeto para a construção de um kartódromo que visa a diversificação da sua atividade e dotar de maior previsibilidade as suas receitas, respeitando todas as normas de enquadramento ambiental aplicáveis.

A estratégia de captação de negócio passa por atingir novos segmentos, abrangendo áreas que, embora não se reconduzam aos desportos motorizados, com eles estejam relacionados e possam oferecer uma complementaridade natural aos tradicionais utilizadores do Circuito do Estoril.

8 - CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO

Os órgãos sociais funcionam nos termos legais, verificando-se a necessária e legal separação de poderes na sua estruturação.

Encontra-se em fase de aprofundamento e revisão o manual de procedimentos aplicável às diferentes áreas da empresa, no sentido de fazer refletir a visão da nova administração relativamente aos diferentes processos. Está-se ainda na revisão e atualização do sistema de medição e de gestão dos diferentes tipos de riscos (operacionais, financeiros e reputacionais)

Procede-se, no relatório de gestão de 2012 à divulgação de todos os elementos da sua atuação, bem como à publicitação dos elementos relativos aos respetivos administradores e a todos os que, no contexto atual, correspondem ao cumprimento dos princípios do bom governo.

Princípios de Bom Governo	Recomendações	Grau de Cumprimento
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	• Cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido determinados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados;	√
	• Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento das missões e objetivos de que estas empresas tenham sido incumbidas;	√
	• Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económicos, social e ambiental, identificando, para o efeito, os objetivos a atingir e explicitando os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo;	√
	• Adotar planos de igualdade, após um diagnóstico da situação, tendentes a alcançar nas empresas uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	√
	• Informar, anualmente, os membros do Governo e, quando aplicável, os serviços e organismos da Administração Pública que exerçam o poder da tutela ou a função acionista, e o público em geral, do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público e em que termos foi salvaguardada a sua competitividade. Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor;	√
	• Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional;	√
	• Tratar com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos. Neste contexto, a empresa deve estabelecer e divulgar os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia que assegurem a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito;	√
	• Conduzir os seus negócios com integridade, formalizá-los adequadamente não podendo praticar despesas confidenciais ou não documentadas;	√
	• Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, procedendo à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral;	√
Estruturas de Administração e Fiscalização	• Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, desde que a empresa tenha maior dimensão ou complexidade;	√
	• O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado à dimensão e à complexidade da empresa, em ordem a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos. Tal sistema deve abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	√

Remuneração e outros Direitos	• Divulgação anual das remunerações totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do órgão de administração, executivos e não executivos e do órgão de fiscalização; • Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa);	√ √
Prevenção de conflitos de interesse	• Os membros dos órgãos sociais devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas; • Declaração, pelos membros dos órgãos sociais, no início de cada mandato, e sempre que se justificar, ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse;	√ √
Divulgação de Informação Relevante	• Site do SEE, nomeadamente Estatutos atualizados, ficha sintética da empresa, identificação da empresa (missão, objetivos, políticas da empresa, obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita, termos contratuais da prestação de serviço público e modelo de financiamento subjacente à prestação de serviço público), Identificação dos membros dos órgãos sociais da Empresa, Estatuto Remuneratório (valor/mês), Remunerações e demais regalias (valores anuais), Informação referente aos PBG; • Site da Empresa, nomeadamente Governo da Sociedade, Informação Financeira (Relatórios e Contas); • Incluir nos Relatórios de Gestão e Contas um ponto relativo ao Governo da Sociedade, referindo Missão, Objetivos e Políticas, Modelo de Governo e identificação dos Órgãos Sociais, Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, Regulamentos Internos e Externos (Referência sumária aos regulamentos em causa, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância), Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas, Análise de sustentabilidade, Avaliação sobre o grau de cumprimento dos PBG, Código de Ética	n.a. √ √

Sendo uma empresa detida integralmente pela Parpública SGPS, o Circuito do Estoril não disponibiliza diretamente informação no site do SEE, estando a mesma integrada nos dados consolidados que são apresentados pela Parpública. Porém, como se referiu, o site da empresa contém toda a informação financeira e institucional obrigatória.

9 – EXISTÊNCIA DE CÓDIGO DE ÉTICA

Aderiu-se ao código de ética da Parpública.

10 – EXISTÊNCIA DE SISTEMA DE CONTROLO COMPATÍVEL COM A DIMENSÃO E COMPLEXIDADE DA EMPRESA

A empresa pratica um sistema de controlo interno adequado à dimensão e complexidade da mesma. Os procedimentos internos estão conforme o descrito no Manual de procedimentos administrativo-financeiros existente relativo a:

- Tratamento de Correspondência
- Tratamento de Documentos Contabilísticos
- Emissão de Documentos para Clientes
- Emissão de Documentos para Fornecedores
- Procedimentos para Funcionamento de Caixa
- Gestão do Imobilizado – Bens Patrimoniais e Equipamentos

Está a ser desenvolvido, em estreita colaboração com o acionista uma revisão dos processos e procedimentos de controlo aplicáveis às diferentes áreas, que se espera vir a implementar no decurso de 2013.

11 – MECANISMOS ADOTADOS COM VISTA À PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Relativamente a esta matéria, a empresa está a proceder a uma revisão dos procedimentos e práticas instituídas de molde a formalizar um conjunto de boas práticas ao nível das diferentes áreas, incluindo obviamente aos membros do Conselho de Administração com um todo e individualmente.

12– DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO ATUALIZADA NO PORTAL DA EMPRESA E DO SEE

Como já se referiu anteriormente, sendo o Circuito do Estoril uma empresa detida integralmente pela Parpública SGPS, não disponibiliza diretamente informação no site do SEE, estando a mesma integrada nos dados consolidados que são apresentados pela Parpública. Em relação ao site da empresa, indica-se seguidamente, de forma exaustiva a informação financeira e institucional nele disponibilizada.

Alguns dos elementos que não estejam mencionados de forma autónoma no site, têm tratamento explícito nos relatórios de gestão e nas demonstrações financeiras anuais e semestrais.

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		
	S	N	N.A.
Estatutos actualizados (PDF)			X
Historial, Visão, Missão e Estratégia			X
Ficha sintese da empresa			X
Identificação da Empresa:			
Missão, objectivos, politicas, obrig. serv. público e modelo de financiamento			X
Modelo Governo / Ident. Orgãos Sociais:			
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)			X
Estatuto remuneratório fixado			X
Remunerações auferidas e demais regalias			X
Regulamentos e Transacções:			
Regulamentos Internos e Externos			X
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)			X
Outras transacções			X
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental			X
Avaliação do cumprimento dos PBG			X
Código de Ética			X
Informação Financeira histórica e actual			X
Esforço Financeiro do Estado			X

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação		
	S	N	N.A.
Existência de Site	X		
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X		
Organigrama	X		
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:			
Identifica dos orgãos sociais	X		
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X		
Identificação de comissões existentes na sociedade			X
Identificar sistemas de controlo de riscos		X	
Remuneração dos órgãos sociais	X		
Regulamentos Internos e Externos	X		
Transacções fora das condições de mercado			X
Transacções relevantes com entidades relacionadas		X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X		
Código de Ética	X		
Relatório e Contas	X		
Provedor do cliente			X

CAPITULO III – DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

❖ Divulgação de Informação Obrigatória

A divulgação de informação obrigatória constitui um dos aspetos essenciais nas regras de bom governo de uma sociedade e portanto, como acima se deixou expresso, a CE dá cumprimento estrito a esta orientação.

A divulgação de informação é hoje feita em diversos suportes, mas deverá ter sempre como caraterística ser verdadeira, completa e atempada.

No caso da CE os principais normativos referentes a obrigações de divulgação de informação são, desde logo o Código das Sociedades, nomeadamente no que se refere a informação ao acionista, mas também os vários regulamentos e instruções emanados de instituições como o Banco de Portugal, o INE, o Tribunal de Contas, a IGF e a DGTF (estes últimos fundamentalmente através do SIRIEF). A todos estes normativos a empresa procura dar resposta em termos adequados, quer relativamente à substância, quer relativamente à forma, quer aos calendários e periodicidade estabelecidos.

Em cima disto, encontram-se ainda as exigências de informação requeridas pelo acionista a todo o momento.

O suporte clássico para divulgação de informação continua a ser o Relatório Anual de Gestão, o qual é elaborado procurando dar resposta a todas as normas e preceitos aplicáveis de modo a que todos os interessados possam ter acesso à informação plena sobre a situação da empresa e os resultados anuais da sua atividade.

A sociedade aproveita ainda os novos suportes eletrónicos para divulgar informação, como seja o seu próprio site e o do SEE.

❖ CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. Cumprimento de objetivos de gestão e recomendações do Acionista

Cumprimento das Orientações legais	Cumprido		
	S	N	N.A.
Objectivos de Gestão:			
Gerais			
- Maximização da ocupação rentável e visível	X		
- Redução de custos operacionais	X		
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X

b. Gestão do Risco Financeiro

Com exceção dos suprimentos aportados pelo acionista único, a Parpública, os quais já no final de 2011 se situavam em pouco mais de 962 mil euros, tendo registado sensivelmente o mesmo valor no presente exercício, o "CE – Circuito Estoril, SA" não evidencia qualquer outra dívida remunerada no final do exercício. Existe ainda um descoberto em conta corrente, que no final do ano em análise não apresentava qualquer utilização. A exposição – não coberta – em matéria de risco de taxa de juro advém do fato desta vir a ser anualmente revista em alta por parte do acionista, refletindo o eventual aumento do custo associado aos seus próprios financiamentos.

Os gastos financeiros suportados pela Empresa no endividamento referido situaram-se, em 2012, em cerca de 69 milhares de euros.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO		
	S	N	N.A.
Preocedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva			
Diversificação de instrumentos de financiamento	X		
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X		
Diversificação de entidades credoras	X		
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X
Adopção de politica activa de reforço de capitais permanentes			
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X		
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X		
Minimização da prestação de garantias reais	X		
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X		
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa			
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X		
Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X		
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X		
Inclusão nos R&C			
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X		
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X		
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X
Reflexão nas DF 2012 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X

c. Limite Máximo de Endividamento

Cumprimento das Orientações legais	Cumprido		
	S	N	N.A.
Limites de Crescimento do Endividamento	X		

A empresa manteve sensivelmente os níveis de endividamento face ao final de 2011.

d. Prazo médio de pagamentos

PMP	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
A fornecedores (dias)	202	473	508	478
A fornecedores (dias) - *excluindo dívida em negociação*	44	61	64	66

O CE tem vindo a negociar prazos com os seus fornecedores à volta dos 60 dias. Em relação à primeira linha do quadro supra, o valor do PMP encontra-se substancialmente inflacionado por via de uma situação concreta cujo montante representa cerca de 95% do saldo de fornecedores e que se encontra presentemente a ser negociado com o fornecedor em causa.

e. Divulgação de atrasos nos pagamentos

Mapa da posição a 31/12/2012 dos Pagamentos em atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 Maio

	31/12/2012					
	Dívidas não vencidas	Dívidas vencidas	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011			
Tipo de encargos e compromissos nos termos do artigo 2.º DL n.º 65-A/2011			Após 90 dias	Após 120 dias	Após 240 dias	Após 360 dias
Aquisições de bens e serviços	97.266,00	84.787,00			101.600,00	2.607.933,00
Aquisições de capital						
Saldo em dívida	97.266,00	84.787,00			101.600,00	2.607.933,00
Saldo em dívida Fornecedores (Total)						2.891.586,00

"Atraso no pagamento", o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da factura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma

f. Remunerações

Cumprimento das Orientações legais	Cumprido		
	S	N	N.A.
Remunerações:			
Não atribuição de prémios de gestão	X		
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	X		
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X		
Órgãos Sociais - suspensão do pagamento de subsidios de férias e de Natal ou equivalentes, nos termos do artº 21º da Lei 64-B/2011redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X		
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 26º da Lei 64-B/2011			X
Restantes trabalhadores - redução remuneratórianos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	X		
Restantes trabalhadores - suspensão do pagamento de subsidios de férias e de Natal ou equivalentes, nos termos do artº 21º da Lei 64-B/2011	X		

g. Contratação Pública e sistema Nacional de Compras Públicas

Cumprimento das Orientações legais	Cumprido		
	S	N	N.A.
Contratação Pública			
Normas de contratação pública			X
Normas de contratação pública pelas participadas			X
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas		X	

h. Plano de Redução de Custos

Cumprimento das Orientações legais	Cumprido		
	S	N	N.A.
Plano de Redução de Custos			
Gastos com pessoal	X		
Fornecimentos e Serviços Externos	X		

Foi conseguida uma redução substancial dos gastos com FSE, tendo ficado a dever-se fundamentalmente ao modelo de realização do MOTOGP e à renegociação dos principais contratos de fornecimento e prestação de serviços, renegociação essa que produzirá efeitos de maior monta no exercício de 2013. Quanto aos gastos com o pessoal, a redução ronda os 14%, para o que contribuíram significativamente as medidas transversais ao SEE adotadas pelo Governo neste campo.

i. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

(Unid.: euros)

Designação	2010	2011	2012	
Gastos com pessoal (€)	521.394,00	501.585,00	432.799,00	
Gastos com Órgãos Sociais (€)	131.378,66	147.184,08	120.628,28	em 2012 existiram 2 administradores executivos cuja renuncia ocorreu em Outubro de 2012. Em Novembro a nova administração passou a ter apenas 1 administrador executivo com remuneração
Reduções decorrentes de alterações legislativas	3.825,50	22.187,90	43.147,34	
Aumentos decorrentes de alterações legislativas	-	-	-	
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	-	-	-	Até 2012 inclusivé, os dirigentes estão considerados na rubrica "gastos com efectivos sem O.S. e sem Dirigentes" uma vez que não existia divisão entre estes e os outros efectivos
Reduções decorrentes de alterações legislativas	-	-	-	
Aumentos decorrentes de alterações legislativas	-	-	-	
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	390.015,34	354.400,92	312.170,72	Até 2012 inclusivé, os dirigentes estão considerados nesta rubrica, pois não existia divisão entre estes e os outros efectivos;
Reduções decorrentes de alterações legislativas	-	11.271,91	23.361,17	
Aumentos decorrentes de alterações legislativas	-	-	-	
Rescisões / Indemnizações (€)	0,00	0,00	0,00	
Designação	2010	2011	2012	
Nº Total RH	21	20	18	
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	6	6	6	Inclui Assembleia Geral(2); Conselho Administração(3); Fiscal Único (1)
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	15	14	12	Até 2012 inclusivé, os dirigentes estão considerados nesta rubrica, pois não existia divisão entre estes e os outros efectivos;
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	0	0	0	Até 2012 inclusivé, os dirigentes estão considerados na rubrica "nº efectivos sem O.S. e sem Dirigentes" uma vez que não existia divisão entre estes e os outros efectivos

j. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Cumprimento das Orientações legais	Cumprido		
	S	N	N.A.
Princípio da Unidade de Tesouraria	X		

Relativamente aos juros auferidos em aplicações fora do IGCP, procedeu-se à respetiva entrega ao Tesouro. Foi decidida no final do ano a aplicação de toda a liquidez não imediata no IGCP.

CAPITULO IV – PERSPETIVAS PARA 2013

O resultado Liquido antes de Imposto foi negativo em 3.401.060,34 euros contra os 117.393.72 euros positivos orçamentados.

O desvio resultou essencialmente para além do contexto de crise efetiva no setor, do reconhecimento de imparidades de ativos e de dívidas a receber.

2013 será caraterizado pela manutenção das mesmas condicionantes que afetaram o negócio em 2012 e em 2011, com forte pressão no número de eventos e nos preços de aluguer do espaço.

A não realização, pela primeira vez desde 2000, da prova nacional do MOTOGP terá um impato significativo nas receitas da empresa, fato que será positivamente contrabalançado do lado dos custos, já que pelos montantes que envolve são sempre significativos.

É neste contexto que o projeto da construção de um kartódromo, uma vez obtida a concordância das instâncias relevantes, faz todo o sentido, quer no plano económico, quer em termos de complementaridade à oferta de serviços pelo Circuito do Estoril, tendo em conta o vazio de infraestruturas do género na região de Lisboa.

O calendário do Circuito apresenta já bons níveis de ocupação previstos para 2013, incluindo apresentações de novos modelos, sem dúvida, as que maior rendibilidade oferecem aos circuitos, sobretudo pela duração dos eventos.

Urgente será igualmente avançar com a requalificação do Circuito e áreas envolventes, procurando retirar do mesmo todas as potencialidades que a estrutura acolhe, que permita equacionar diferentes cenários de criação de valor para o acionista e para o Concelho de Cascais.

CAPITULO V – NOTA FINAL E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA FINAL

Nos termos do nº 1 do art. 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, informamos não ser a Sociedade devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social ou às Finanças, bem como que não ocorreram factos relevantes após a data do balanço.

Invocando que o sucesso possível alcançado em 2012 só foi viável com sinergias, empenhamento pessoal e apoios institucionais, o Conselho de Administração agradece:

A todos os colaboradores sem cuja atuação dedicada as metas não teriam sido alcançadas;

À acionista, Parpública, pela confiança e apoio prestados;

Às entidades de controlo, pelo acompanhamento efetuado;

Aos clientes e demais *stakeholders*;

A todos os outros que com as suas críticas construtivas nos motivam a um empenho cada vez maior no desempenho das nossas funções, e a atingir metas cada vez mais altas no que respeita à valorização dos ativos da empresa e, desta forma, também de Portugal.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Pela leitura dos documentos de prestação de contas verifica-se um resultado líquido negativo de 3.414.611,33 euros que se propõe seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Estoril, 11 de Abril de 2013

A Administração

Joaquim António pais e Jorge

José Manuel Pereira Mendes de Barros

Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara

CE – CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Moeda:Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	4	3,207,696.57	2,445,889.28
Subsídios à exploração	13	-	2,654,250.00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(5,377.56)	(6,061.62)
Fornecimentos e serviços externos	6	(2,368,774.59)	(6,527,808.11)
Gastos com o pessoal	7	(432,799.32)	(501,584.88)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(1,755,868.69)	(7,508.57)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)	10	(1,542,779.06)	
Outros rendimentos e ganhos	8	1,454,264.67	1,527,089.04
Outros gastos e perdas	9	(46,340.66)	(8,746.93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		(1,489,978.64)	(424,481.79)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10	(1,842,756.54)	(2,529,951.81)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(3,332,735.18)	(2,954,433.60)
Juros e rendimentos similares obtidos	11	557.50	84,701.51
Juros e gastos similares suportados	11	(68,882.66)	(54,027.41)
Resultado antes de impostos		(3,401,060.34)	(2,923,759.50)
Imposto sobre o rendimento do período	14	(13,550.99)	(6,059.88)
Resultado líquido do período		(3,414,611.33)	(2,929,819.38)

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Moeda:Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2012	2011 Reexpresso
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	10	22,057,844.40	25,283,540.74
Activos por impostos diferidos	24	-	382,105.31
		22,057,844.40	25,665,646.05
Activo Corrente			
Inventários	15	30,619.79	35,157.35
Clientes	16	689,521.26	288,474.84
Adiantamentos a fornecedores	17	3,740.16	6,256.13
Estados e outros entes públicos	18	118,229.86	334,663.49
Outras contas a receber	19	61,088.83	1,087,966.78
Diferimentos	20	16,846.94	17,399.70
Caixa e depósitos bancários	21	1,282,653.53	2,933,350.23
		2,202,700.37	4,703,268.52
Total do activo		24,260,544.77	30,368,914.57
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	22	30,000,000.00	30,000,000.00
Outros instrumentos de capital próprio	23	15,674.40	15,674.40
Reservas legais	23	18,106.36	18,106.36
Resultados transitados	23	(6,955,987.28)	(3,644,062.78)
Outras variações no capital próprio	23	-	1,059,800.76
		23,077,793.48	27,449,518.74
Resultado líquido do período		(3,414,611.33)	(2,929,819.38)
Total do capital próprio		19,663,182.15	24,519,699.36
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	24	-	382,105.12
		-	382,105.12
Passivo corrente			
Fornecedores	17	2,895,325.95	3,780,699.30
Adiantamentos de clientes	16	7,679.02	7,720.33
Estado e outros entes públicos	18	11,129.67	38,233.83
Accionistas/sócios	26	1,014,824.97	1,012,145.97
Financiamentos obtidos	21	-	286,659.72
Diferimentos	20	370,646.91	207,578.75
Outras contas a pagar	25	297,756.10	134,072.19
		4,597,362.62	5,467,110.09
Total do passivo		4,597,362.62	5,849,215.21
Total do capital próprio e do passivo		24,260,544.77	30,368,914.57

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO

	Exercício findo em 31 de Dezembro	
	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1.666.742,00	2.823.249,66
Pagamentos a fornecedores	(3.495.061,96)	(6.516.686,78)
Pagamentos ao pessoal	(409.676,67)	(500.892,56)
Caixa gerada pelas operações	(2.237.996,63)	(4.194.329,68)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	(9.882,53)	(14.500,70)
Outros recebimentos/ pagamentos	(18.929,81)	69.112,73
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	**(2.266.808,97)**	**(4.139.717,65)**
Fluxos de caixa das actividadades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(165.849,92)	(360.624,01)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	**(165.849,92)**	**(360.624,01)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	130.000,00	185.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		3.830.000,00
Subsidios	1.000.000,00	3.654.250,00
Outras operações de financiamento	109.168,38	33.401,75
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(412.000,00)	(185.000,00)
Juros e gastos e similares	(45.206,19)	(117.382,35)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	**781.962,19**	**7.400.269,40**
Variação de caixa e seus equivalentes	(1.650.696,70)	2.899.927,74
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.933.350,23	33.422,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**1.282.653,53**	**2.933.350,23**
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	2.500,00	2.500,00
Depósitos bancários	1.280.153,53	2.930.850,23
	1.282.653,53	**2.933.350,23**

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio reexpresso
A 1 de Janeiro de 2011	26,170,000.00	15,674.40	-	(2,378,951.68)	2,182,081.78	362,127.19	26,350,931.69
Alterações no período							-
Aplicação dos resultados			18,106.36	344,020.83		(362,127.19)	-
Anul.Subs.Cam. Municipal Cascais-2010/2011				(1,204,500.00)			(1,204,500.00)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Melhor cond.seg.					(331,846.36)		(331,846.36)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Com.Jogo Estoril					(59,528.88)		(59,528.88)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Obras/rect.preços					(15,817.97)		(15,817.97)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Outros subsidios					(1,119,719.74)		(1,119,719.74)
Anulaçao imp.diferidos s/reinteg.dos investimentos					404,631.93		404,631.93
Anulação de impostos diferidos				(404,631.93)			(404,631.93)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3,830,000.00						3,830,000.00
	3,830,000.00	**-**	**18,106.36**	**(1,265,111.10)**	**(1,122,281.02)**	**(362,127.19)**	**1,098,587.05**
Resultado líquido do período						(2,929,819.38)	(2,929,819.38)
A 31 de Dezembro de 2011	**30,000,000.00**	**15,674.40**	**18,106.36**	**(3,644,062.78)**	**1,059,800.76**	**(2,929,819.38)**	**24,519,699.36**
A 01 de Janeiro de 2012	**30,000,000.00**	**15,674.40**	**18,106.36**	**(3,644,062.78)**	**1,059,800.76**	**(2,929,819.38)**	**24,519,699.36**
Movimentos Período - 2012							
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Melhor cond.seg.					(331,847.06)		(331,847.06)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Com.Jogo Estoril					(59,530.28)		(59,530.28)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Obras/rect.preços					(13,406.30)		(13,406.30)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Outros subsidios					(1,037,122.24)		(1,037,122.24)
Anulaçao imp.diferidos s/reinteg.dos investimentos					382,105.12		382,105.12
Anulaçao de acrescimos rendimento periodos anteriores				(2,601,937.00)			(2,601,937.00)
Aplicação dos resultados				(327,882.38)		2,929,819.38	2,601,937.00
Anulação de impostos diferidos				(382,105.12)			(382,105.12)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-
	-	**-**	**-**	**(3,311,924.50)**	**(1,059,800.76)**	**2,929,819.38**	**(1,441,905.88)**
Resultado líquido do período						(3,414,611.33)	(3,414,611.33)
A 31 de Dezembro de 2012	**30,000,000.00**	**15,674.40**	**18,106.36**	**(6,955,987.28)**	**-**	**(3,414,611.33)**	**19,663,182.15**

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

RUBRICAS	Exercício findo em 31 de Dezembro	
	2012	2011 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	3,207,696.57	5,100,139.28
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1,790,567.08)	(6,068,042.26)
Resultado bruto / Margem bruta	**1,417,129.49**	**(967,902.98)**
Outros rendimentos	1,454,395.98	1,527,089.04
Gastos de distribuição		
Gastos administrativos	(574,479.30)	(741,138.37)
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	(5,637,955.95)	(2,772,834.58)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**(3,340,909.78)**	**(2,954,786.89)**
Gastos de financiamento (liquidos)	(60,708.06)	(53,674.12)
Rendimentos de Investimentos financeiros	557.50	84,701.51
Resultados antes de impostos	**(3,401,060.34)**	**(2,923,759.50)**
Imposto sobre o rendimento do período	(13,550.99)	(6,059.88)
Resultado líquido do período	**(3,414,611.33)**	**(2,929,819.38)**

ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A 31 DE DEZEMBRO de 2012

1. INFORMAÇÃO GERAL DA ATIVIDADE DA EMPRESA

A **CE – CIRCUITO ESTORIL,SA** é detida pela Parpública, SGPS, SA, pertencente ao Grupo Parpública.
As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais, apresentando a Parpública demonstrações financeiras consolidadas.

A **CE – CIRCUITO ESTORIL, SA** tem a sua sede na Avenida Alfredo César Torres, Apartado 49, 2646-901 Alcabideche, Concelho de Cascais, Portugal.

A sociedade até 1 de Abril de 2007 não exerceu qualquer atividade de exploração e o seu património consistia num recinto desportivo afeto aos desportos motorizados, composto por um conjunto de bens, construções e infra-estruturas, que em 1998 estabeleceu um contrato entre si e uma sociedade gestora de património com duração de 15 anos.

A partir de 1 de Abril de 2007 a sociedade exerce a atividade de exploração do autódromo exercida anteriormente pela sociedade (Sociedade Gestora do Autódromo, S.A.).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da CE Circuito do Estoril, SA foram preparadas de acordo com o sistema de normalização contabilística (SNC).
As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo conselho de administração em 11 de Abril de 2013.

Não foi derrogada qualquer disposição do SNC que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

2.2 Valores comparativos

A CE Circuito do Estoril procedeu retrospectivamente à anulação de subsídios contabilizados em períodos anteriores, tanto a nível do reconhecimento como de apresentação, de rúbricas das demonstrações financeiras.

Assim, efectuou a reexpressão, para efeitos comparativos, das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2011.

A) Anulação da estimativa de subsídios a receber da Camara Municipal de Cascais e do Instituto de Desporto de Portugal contabilizado em 2010 pelo montante total de euros 1.204.500,00 integrado em Capitais Próprios na rúbrica de Resultados Transitados.

B) Anulação da estimativa de subsídios a receber da Camara Municipal de Cascais e do Instituto de Desporto de Portugal contabilizado em 2011 pelo montante total de euros 1.397.437,00 integrado na Demonstração de Resultados com afectação directa no resultado liquido desse período.

Rúbricas	Antes da Reexpressão 31-12-2011	A)	B)	Após a Reexpressão 31-12-2011
ACTIVO				
Activo Corrente				
Outras contas a receber	3,689,903.78	-1,204,500.00	-1,397,437.00	1,087,966.78
CAPITAL PRÓPRIO				
Resultados transitados	-2,439,562.78	1,204,500.00		-1,235,062.78
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
Subsidios à exploração	-4,051,687.00		1,397,437.00	-2,654,250.00

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de preparação

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas, que lhes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os quais são designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº15652/2009); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº986/2009), o Código de Contas (Portaria nº1011/2009) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 15653/2009). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

As Demonstrações Financeiras da CE – Circuito Estoril, S.A. foram preparadas em harmonia com os princípios de contabilidade geralmente aceites, aplicando-se o modelo do custo deduzido de imparidades, na

base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização de exercícios, consistência e substância sobre a forma e materialidade.

A acionista Parpública, SGPS, S.A. detentora de 100% do Capital Social, deliberou, a alteração da denominação da sociedade anterior (Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A.) para a atual sociedade (CE – Circuito Estoril, S.A.) tendo esta designação sido aprovada pelo certificado de admissibilidade nº 627907, emitido em 9 de Março de 2007, pelo RNPC.

Foi igualmente deliberado pelo acionista integrar a atividade de exploração do autódromo exercida anteriormente pela sociedade (Sociedade Gestora do Autódromo, S.A.), na atual sociedade, CE – Circuito Estoril, S.A.

A modalidade escolhida como a mais adequada à referida transferência da atividade consistiu na operação de entrada de ativos, a coberto do regime da neutralidade fiscal.

Com a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabílistica (SNC), os subsídios não reembolsáveis recebidos do Estado, foram contabilizados numa conta dos Capitais próprios (593-Subsídios).

Todos os valores constantes das notas e para as quais não esteja indicada a unidade monetária, estão expressos em EUROS.

Transações em moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação da CE – Circuito Estoril, S A, é o EURO.

Todas as diferenças existentes são levadas a resultados no período em que ocorrem.

Ativos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Para os bens transferidos da Sociedade Gestora do Autódromo, foi utilizada a mesma taxa que era praticada por essa Sociedade por forma a que no final do ano 2012 todos os bens constantes da conta Edifícios e Outras Construções se encontrem totalmente depreciados.

Encontram-se registados nesta rúbrica ativos tangíveis em curso no valor total de 882.296,14 € respeitante à obra denominada Conceção, Projeto e Construção do Kartódromo e Escola de Condução Defensiva.

Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma

avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por

imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Gastos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Caixa e seus equivalentes

A rúbrica Caixa e seus equivalentes é composta por dinheiro e investimentos altamente líquidos prontamente convertíveis para dinheiro, sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos ativos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução quanto à imparidade ou incobrabilidade. Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. Os ativos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. A perda por imparidade dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Em relação aos ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade corresponde

à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo. Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) no período em que são determinadas. São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Clientes

A maioria das prestações de serviços são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Subsídios

Os subsídios destinados às obras da infra-estrutura do autódromo, tiveram origem na realização do Capital em espécie que consta do inventário especialmente preparado par o efeito quando da transferência de Ativos e Passivos da Sociedade Gestora do Autódromo, SA, a qual ocorreu em 1 de Abril de 2007.

A operação referida anteriormente segue o regime da neutralidade prevista no Artº 67 e seguinte do CIRC, pelo que os Ativos e Passivos objeto de transferência foram inscritos na contabilidade desta sociedade, com os mesmos valores que tinham na contabilidade da anterior sociedade.

Os subsídios do Governo relativos à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente registados no capital próprio e subsequentemente reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos associados.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Rédito

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rúbricas de Diferimentos ou Outras contas a pagar ou a receber.

Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco a dez anos para a Segurança Social, conforme aplicação do regime de transição). Deste modo, as declarações fiscais das Empresas incluídas na consolidação dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa

considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras à data de 31 de Dezembro de 2012.

Impostos sobre Lucros

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Um ativo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada. Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de reconhecimento inicial do goodwill ou reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável. Os Impostos Correntes e Diferidos são reconhecidos como um rendimento ou como um gasto e incluídos no resultado líquido do período, exceto quando o imposto provenha de uma transação ou acontecimento que seja reconhecido, no mesmo ou num diferente período, diretamente no capital próprio, caso em que o respetivo imposto é diretamente debitado ou creditado ao Capital Próprio.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Foram considerados inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional alguns artigos do Orçamento do Estado para 2013, nomeadamente a suspensão do pagamento do subsidio de ferias, pelo que a sociedade entendeu considerá-lo ainda nas contas de 2012.

4. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2012	2011
Vendas de Produtos		
Mercado interno	10,964.67	11,574.72
Sub-total	**10,964.67**	**11,574.72**
Prestação de Serviços - Mercado Interno	2,499,878.04	1,408,070.00
Prestação de Serviços - Uniao Europeia	584,008.61	835,874.56
Prestação de Serviços - Países terceiros	112,845.25	190,370.00
Sub-total	**3,196,731.90**	**2,434,314.56**
Vendas e prestações de serviços	**3,207,696.57**	**2,445,889.28**

5. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	2012	2011
	Mercadorias	Mercadorias
1. Existência iniciais	35,157.35	38,989.97
2. Compras	840.00	2,229.00
4. Existência finais	30,619.79	35,157.35
5.CMVMC (1+2+3-4)	**5,377.56**	**6,061.62**

6. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

	2012	2011
Trabalhos especializados	740,906.99	822,585.82
Inscrição provas	122,000.00	4,164,989.40
Publicidade	47,181.43	180,124.31
Vigilância e segurança	271,329.53	287,196.33
Honorários	62,506.00	97,769.70
Comissões	11,867.07	5,840.66
Conservação e reparação	344,911.13	123,089.69
Ferramentas e utensilios	7,117.77	9,688.13
Material Escritorio	630.26	1,559.59
Electricidade	77,673.40	54,637.23
Combustiveis	103,351.91	88,244.14
Agua	2,347.58	10,721.05
Outros fluidos	1,847.81	2,049.35
Deslocações e estadas	19,042.17	33,072.46
Rendas e alugueres viaturas	37,058.21	39,656.47
Rendas Outras	326,229.61	369,035.63
Comunicação	40,394.22	60,655.66
Seguros	45,211.01	47,031.17
Despesas representação	4,553.90	9,692.08
Limpeza,higiene e conforto	58,589.62	86,997.97
Outros	44,024.97	33,171.27
Fornecimentos e serviços externos	**2,368,774.59**	**6,527,808.11**

A CE Circuito Estoril detém o direito, em locações operacionais, de utilização de diversos veículos, os quais levaram ao reconhecimento dos gastos com Rendas e Alugueres de Viaturas acima indicados.

No final do período, a CE tem compromissos por locações operacionais não canceláveis com os seguintes vencimentos:

	2012	2011
A menos de 1 ano	10,729.59	37,354.80
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos	765.67	20,683.30

7. GASTOS COM O PESSOAL

	2012	2011
Remunerações		
Orgãos sociais	100,296.54	126,071.88
Pessoal	244,773.11	278,091.08
	345,069.65	**404,162.96**
Prémios de seguro	15,530.51	14,081.10
Encargos sobre remunerações	70,998.90	81,646.95
Outros	1,200.26	1,693.87
Sub-total	**87,729.67**	**97,421.92**
Gastos com o pessoal	**432,799.32**	**501,584.88**

8. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros rendimentos e ganhos

	2012	2011
Subsidios ao investimento	1,441,905.88	1,526,912.95
Outros	12,358.79	176.09
	1,454,264.67	1,527,089.04

9. OUTROS GASTOS E PERDAS

Detalhe de outros gastos

	2012	2011
Imposto de selo	1,166.08	482.14
Imposto unico circulação	81.00	79.00
Taxas	4,148.15	709.71
Outros impostos indirectos	3.33	
Multas	449.50	5,546.20
Anulação PEC	1,250.00	1,250.00
Alienações activos tangíveis	68.59	685.54
Correcçoes exercícios anteriores	39,163.78	
Outros	10.23	-5.66
	46,340.66	8,746.93

10. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Terrenos, Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2011						
Custo de aquisição	56.906.104,43	500.470,50	128.457,45	142.177,83	104.624,80	57.781.835,01
Depreciações acumuladas	(30.049.123,45)	(415.077,07)	(119.370,41)	(125.462,28)	(86.213,77)	(30.795.246,98)
Valor líquido	**26.856.980,98**	**85.393,43**	**9.087,04**	**16.715,55**	**18.411,03**	**26.986.588,03**
Adições	14.850,00	1.300,00		81.568,92		97.718,92
Alienações				(10.747,86)		(10.747,86)
Depreciação - exercício	(2.477.468,58)	(27.990,57)	(3.981,31)	(17.758,02)	(2.753,33)	(2.529.951,81)
Depreciação - alienações				10.062,32		10.062,32
Valor líquido	24.394.362,40	58.702,86	5.105,73	79.840,91	15.657,70	24.553.669,60
31 de Dezembro de 2011	24.394.362,40	58.702,86	5.105,73	79.840,91	15.657,70	24.553.669,60
Custo de aquisição	56.920.954,43	501.770,50	128.457,45	212.998,89	104.624,80	57.868.806,07
Depreciações acumuladas	(32.526.592,03)	(443.067,64)	(123.351,72)	(133.157,98)	(88.967,10)	(33.315.136,47)
Valor líquido	**24.394.362,40**	**58.702,86**	**5.105,73**	**79.840,91**	**15.657,70**	**24.553.669,60**
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS EM CURSO	729.871,14					729.871,14
TOTAL GERAL	**25.124.233,54**	**58.702,86**	**5.105,73**	**79.840,91**	**15.657,70**	**25.283.540,74**

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2012						
Custo de aquisição	56.920.954,43	501.770,50	128.457,45	212.998,89	104.624,80	57.868.806,07
Depreciações acumuladas	(32.526.592,03)	(443.067,64)	(123.351,72)	(133.157,98)	(88.967,10)	(33.315.136,47)
Valor líquido	**24.394.362,40**	**58.702,86**	**5.105,73**	**79.840,91**	**15.657,70**	**24.553.669,60**
31 de Dezembro de 2012						
Adições		7.930,00				7.930,00
Alienações/Abates				(1.256,57)		(1.256,57)
Depreciação - exercício	(1.795.417,34)	(23.418,41)	(3.519,23)	(17.885,36)	(2.516,20)	(1.842.756,54)
Depreciação - alienações				740,83		740,83
Valor líquido	**22.598.945,06**	**43.214,45**	**1.586,50**	**61.439,81**	**13.141,50**	**22.718.327,32**
31 de Dezembro de 2012						
Custo de aquisição	56.920.954,43	509.700,50	128.457,45	211.742,32	104.624,80	57.875.479,50
Depreciações acumuladas	(34.322.009,37)	(466.486,05)	(126.870,95)	(150.302,51)	(91.483,30)	(35.157.152,18)
Valor líquido antes imparidade	**22.598.945,06**	**43.214,45**	**1.586,50**	**61.439,81**	**13.141,50**	**22.718.327,32**
Imparidade	(1.542.779,06)					(1.542.779,06)
Valor líquido após imparidade	**21.056.166,00**	**43.214,45**	**1.586,50**	**61.439,81**	**13.141,50**	**21.175.548,26**
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS EM CURSO	882.296,14					882.296,14
TOTAL GERAL	**21.938.462,14**	**43.214,45**	**1.586,50**	**61.439,81**	**13.141,50**	**22.057.844,40**

Para análise de situação de imparidade foi obtida avaliação de entidade externa que apresenta um valor total (ajustado de 21.056.166,00 euros respeitante aos terrenos, edificações e outras infra-estruturas, ativos que não é razoável considerar como componentes individualizáveis do autódromo enquanto unidade económica, dada a sua exploração conjunta, quer na perspetiva do uso continuado, quer de venda. Assim, tendo em conta que a quantia escriturada deste conjunto de ativos é 22.598.945,06 euros, reconheceu-se globalmente uma perda por imparidade de 1.542.779,06 euros.

11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

	2012	2011
Gastos financeiros		
Juros pagos	60,708.06	54,027.41
Outros gastos e perdas financiamento	8,174.60	
	68,882.66	**54,027.41**

	2012	2011
Ganhos financeiros		
Juros obtidos	0.00	84,701.51
Outros ganhos	557.50	
	557.50	**84,701.51**

Taxa Juro média Financiamento

Gastos	2012		2011		2010		2009		2008	
	Juros	Tx média	Juros	Tx média	Juros	Tx média	Juros	Tx média	Juros	Tx média
Parpublica - suprimentos	53,304.40	5.27%	50,487.09	5.25%	21,133.43	1.59%	22,599.93	2.63%	49,557.76	4.85%
Conta caucionada	7,403.66	EURIBOR A 3 MESES + SPREED 6,5%	3,540.32	EURIBOR A 3 MESES + SPREED 3,5%	252.19	EURIBOR A 3 MESES + SPREED 3,5%	4,683.36	EURIBOR A 3 MESES + SPREED 0,975%	6,889.81	EURIBOR A 3 MESES + SPREED 0,975%

O montante líquido dos juros auferidos em 2011 resultado de aplicações financeiras fora do Tesouro (IGCP) foi transferido para os cofres do Estado em 2012;

O montante líquido dos juros auferidos em 2012 resultado de aplicações financeiras fora do Tesouro (IGCP) foi devidamente reconhecido e aguarda transferência para os cofres do Estado;

12. IMPARIDADES

Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2012	2011
Imparidade divida a receber clientes	-1,756,000.00	-7,508.57
Reversão divida a receber clientes	131.31	
	-1,755,868.69	-7,508.57

13. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Subsídios à exploração	2012	2011
Do Estado		2,654,250.00
	0.00	**2,654,250.00**

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A sociedade encontram-se sujeita a importo sobre as pessoas coletivas (IRC), sendo a taxa atual de 25% acrescida da taxa de derrama. Nos termos do Artª 81º do CIRC, a empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

	2012	2011
Resultado antes de Imposto	(3,401,060.34)	(2,923,759.50)
Taxa de Imposto	26.50%	26.50%
Custos não dedutíveis	3,300,478.56	5,546.20
Efeito correcção imposto diferido	0.19	(9,793.98)
Tributação autónoma	13,550.80	15,853.86
	3,314,029.55	11,606.08
Imposto s/ rendimento corrente **(1)**	13,550.80	15,853.86
Imposto s/ rendimento diferido **(2)**	0.19	(9,793.98)
Imposto s/ rendimento	13,550.99	6,059.88
Taxa efectiva de imposto		

(1) - Tributações autónomas	**2012**	**2011**
- Desp. Representação	910.78	1,938.42
- Conservação viaturas-	555.34	803.68
- Combustíveis	3,220.82	3,415.69
- Renting viaturas	8,863.86	9,696.07
	13,550.80	15,853.86

(2) - Passivos por Impostos Diferidos	**2012**	**2011**
1T 2012 - 375.845,17 x 26,5%	(99,598.97)	
2T 2012 - 375.900,63 x 26,5%	(99,613.67)	
3T 2012 - 373.622,46 x 26,5%	(99,009.95)	
4T 2012 - 316.537,62 x 26,5%	(83,882.53)	
	(382,105.12)	-
1T 2011 - 408.545,59 x 26,5%		(108,264.58)
2T 2011 - 363.540,34 x 26,5%		(96,338.19)
3T 2011 - 377.397,54 x 26,5%		(100,010.35)
4T 2011 - 377.429,48 x 26,5%		(100,018.81)
	-	**(404,631.93)**

(2) - Activos por Impostos Diferidos	**2012**	**2011**
Prejuízos fiscais:		
Final de 2012	382,105.31	394,837.95
	382,105.31	**394,837.95**
TOTAL IMPOSTO DIFERIDO	**0.19**	**-9,793.98**

Relativamente a Impostos sobre o Rendimento, a sociedade não contabilizou activos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que a

sociedade venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

Apresenta-se de seguida um mapa com os respectivos valores de prejuízos fiscais com indicação da data limite para utilização dos mesmos.

Prejuízos fiscais dedutíveis por ano

Ano	Valor	Ano limite Utilização
2007	763,892.96	2013
2008	77,058.88	2014
2009	1,514,800.04	2015
2010	153,853.38	2014
2011 (reexpresso)	2,923,249.96	2015
	5,432,855	

15. INVENTÁRIOS

Inventário	2012	2011
Mercadorias	30,619.79	35,157.35
Total inventários	**30,619.79**	**35,157.35**

16. CLIENTES

	2012		2011	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Clientes	689.521,26	689.521,26	288.474,84	288.474,84
Clientes de cobrança duvidosa	1.821.610,72	1.821.610,72	65.610,72	65.610,72
	2.511.131,98	2.511.131,98	354.085,56	354.085,56
Perdas por imparidade	(1.821.610,72)	(1.821.610,72)	(65.610,72)	(65.610,72)
Total Clientes	**689.521,26**	**689.521,26**	**288.474,84**	**288.474,84**
Adiantamento clientes	7.679,02	7.679,02	7.720,33	7.720,33
Total adiantamento clientes	**7.679,02**	**7.679,02**	**7.720,33**	**7.720,33**

17. FORNECEDORES

Descrição	2012	2011
Fornecedores gerais	2,895,325.95	3,780,699.30
Total saldo fornecedores - correntes	2,895,325.95	3,780,699.30
Adiantamento a fornecedores		
Fornecedores gerais	3,740.16	6,256.13
Total saldo adiantamento a fornecedores - correntes	3,740.16	6,256.13

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	2012		2011	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	64,461.71		46,113.33	15,853.86
Impostos s/ rendimento - IRS		4,058.75		5,614.00
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	53,768.15		288,550.16	
Contribuições p/ segurança social		7,070.92		15,629.61
Outros impostos				1,136.36
	118,229.86	**11,129.67**	**334,663.49**	**38,233.83**

Detalhe da rubrica de IRC

	2012	2011
Pagamentos por conta	38,892.00	34,450.00
Retenções na fonte	39,120.51	11,663.33
Estimativa de IRC	(13,550.80)	(15,853.86)
Total	**64,461.71**	**30,259.47**

19. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2012		2011	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores	40.00	40.00	4,107.55	4,107.55
Adiantamento orgãos sociais	59,975.43	59,975.43	41,122.98	41,122.98
Remunerações orgãos sociais		0.00		0.00
	60,015.43	60,015.43	45,230.53	45,230.53
Acrescimos de rendimentos				
Juros a receber	0.00	0.00	42,151.51	42,151.51
Turismo Portugal - Moto GP 2011	0.00	0.00	1,000,000.00	1,000,000.00
Outros acrescimos	1,073.40	1,073.40	584.74	584.74
	1,073.40	1,073.40	1,042,736.25	1,042,736.25
Outras contas a receber	**61,088.83**	**61,088.83**	**1,087,966.78**	**1,087,966.78**

23. VARIAÇÕES CAPITAIS PRÓPRIOS

CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio reexpresso
A 1 de Janeiro de 2011	26,170,000.00	15,674.40	-	(2,378,951.68)	2,182,081.78	362,127.19	26,350,931.69
Alterações no período							-
Aplicação dos resultados			18,106.36	344,020.83		(362,127.19)	-
Anul.Subs.Cam. Municipal Cascais-2010/2011				(1,204,500.00)			(1,204,500.00)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Melhor cond.seg.					(331,846.36)		(331,846.36)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Com.Jogo Estoril					(59,528.88)		(59,528.88)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Obras/rect.preços					(15,817.97)		(15,817.97)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Outros subsidios					(1,119,719.74)		(1,119,719.74)
Anulaçao imp.diferidos s/reinteg.dos investimentos					404,631.93		404,631.93
Anulação de impostos diferidos				(404,631.93)			(404,631.93)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3,830,000.00						3,830,000.00
	3,830,000.00	**-**	**18,106.36**	**(1,265,111.10)**	**(1,122,281.02)**	**(362,127.19)**	**1,098,587.05**
Resultado líquido do período						(2,929,819.38)	(2,929,819.38)
A 31 de Dezembro de 2011	**30,000,000.00**	**15,674.40**	**18,106.36**	**(3,644,062.78)**	**1,059,800.76**	**(2,929,819.38)**	**24,519,699.36**
A 01 de Janeiro de 2012	**30,000,000.00**	**15,674.40**	**18,106.36**	**(3,644,062.78)**	**1,059,800.76**	**(2,929,819.38)**	**24,519,699.36**
Movimentos Período - 2012							
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Melhor cond.seg.					(331,847.06)		(331,847.06)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Com.Jogo Estoril					(59,530.28)		(59,530.28)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Obras/rect.preços					(13,406.30)		(13,406.30)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Outros subsidios					(1,037,122.24)		(1,037,122.24)
Anulaçao imp.diferidos s/reinteg.dos investimentos					382,105.12		382,105.12
Anulaçao de acrescimos rendimento periodos anteriores				(2,601,937.00)			(2,601,937.00)
Aplicação dos resultados				(327,882.38)		2,929,819.38	2,601,937.00
Anulação de impostos diferidos				(382,105.12)			(382,105.12)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							-
	-	**-**	**-**	**(3,311,924.50)**	**(1,059,800.76)**	**2,929,819.38**	**(1,441,905.88)**
Resultado líquido do período						(3,414,611.33)	(3,414,611.33)
A 31 de Dezembro de 2012	**30,000,000.00**	**15,674.40**	**18,106.36**	**(6,955,987.28)**	**-**	**(3,414,611.33)**	**19,663,182.15**

24. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

	2012	2011
Impacto na demonstração dos resultados		
Activos por impostos diferidos	-382,105.31	-394,837.95
Passivos por impostos diferidos	382,105.12	404,631.93
	-0.19	9,793.98
Impacto no Balanço		
Activos por impostos diferidos		382,105.31
Passivos por impostos diferidos		382,105.12
	0.00	0.19

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2012		2011	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Fornecedores investimentos				
Fornecedores gerais	24,396.86	24,396.86	27,838.37	27,838.37
Outros credores				
Sindicatos	46.37	46.37	114.70	114.70
Credores diversos	0.00	0.00	176.20	176.20
Acréscimos de gastos				
Férias,sub. Férias e encargos	43,941.29	43,941.29	31,710.47	31,710.47
Juros fora do IGCP a pagar	109,168.39	109,168.39	0.00	0.00
Juros a pagar	58,721.51	58,721.51	3,676.14	3,676.14
Outros	61,481.68	61,481.68	70,556.31	70,556.31
Outras contas a pagar	**297,756.10**	**297,756.10**	**134,072.19**	**134,072.19**

26. ACIONISTAS/SÓCIOS (TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS)

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalente aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

Os saldos e transações com partes relacionadas, ou seja, com Empresas entre as quais existe a capacidade de controlo ou de exercer influência significativa na tomada de decisões financeiras e operacionais, são como segue

	2012			2011		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
ACCIONISTAS - Parpública						
Empréstimos	961,658.88		961,658.88	961,658.88		961,658.88
Outras Operações	53,166.09		53,166.09	50,487.09		50,487.09
	1,014,824.97	**0.00**	**1,014,824.97**	**1,012,145.97**	**0.00**	**1,012,145.97**

Alcabideche, 11 de Abril de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS